



**DIÁRIO**

**República Federativa do Brasil**

**DO CONGRESSO NACIONAL**

**SEÇÃO II**

**ANO XLIX - Nº 119**

**SÁBADO, 8 DE OUTUBRO DE 1994**

**BRASÍLIA - DF**

## CONGRESSO NACIONAL

**EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 623, DE 23 DE SETEMBRO DE 1994, QUE "DISPÕE SOBRE A VINCULAÇÃO DA FUNDAÇÃO OSÓRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

**(REEDIÇÃO DA MP Nº 585/94), MENSAGEM Nº 194-CN:**

<b>Congressista</b>	<b>Emenda Nº</b>
Deputado Carlos Santana.....	1
Deputada Maria Laura.....	2

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 623,  
DE 23 DE SETEMBRO DE 1994**

### **EMENDA ADITIVA**

Inclua-se onde couber:

"Art. Ficam criados no Ministério da Justiça, a serem alocados no Departamento de Polícia Ferroviária Federal, vinte e dois Cargos em comissão do Grupo de Direção e Assessoramento Superior, sendo onze Cargos DAS-101.2, onze cargos DAS-101.1 e noventa Funções Gratificadas, sendo trinta FG-1 e sessenta FG-2.

Art. Os servidores que, em 5 de outubro de 1988, exerciam atividades no policiamento ferroviário nacional, e, atualmente, são responsáveis pelo policiamento ostensivo das ferrovias federais, poderão optar pela sua integração ao departamento de Polícia Ferroviária Federal, mediante transposição, nos termos do § 3º do art. 11 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, bem como o disposto nos arts. 4º, 5º e 6º da Medida Provisória nº 623, de 23 de setembro de 1994."

### **Justificação**

A Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, em seu art. 19, § 1º, autorizou o Poder Executivo a criar, no Ministério da Justiça (Inciso I), o Departamento de Polícia Ferroviária Federal. Porém, até o momento foi criada apenas uma estrutura minúscula, sendo, humanamente, impossível implementar o funcionamento desse imprescindível órgão permanente de segurança pública.

Convém ressaltar, a anuência do Exmº Sr. Ministro da Justiça, manifestada através do Aviso nº 1.115/94, anexo.

Como há decisões similares, pela medida Legislativa, prima o clamor e o interesse do povo brasileiro. - Deputado **Carlos Santana**.

### **EMENDA ADITIVA**

Dê-se as seguintes redações nos respectivos artigos:

"Art. 2º Anualmente, os Ministérios do Exército e da Justiça, consignarão no Orçamento da União os recursos para o custeio e manutenção de Fundação Osório e do Departamento de Polícia Ferroviária Federal.

Art. 3º Ficam criados na Fundação Osório, quinze Cargos do Grupo - Direção e Assessoramento Superiores, sendo um Cargo DAS-101.6, dois Cargos DAS-101.3, três Cargos DAS-101.2, um Cargo DAS-102.2, oito Cargos DAS-101.1 e 48 Funções Gratificadas, sendo dezoito FG-1, vinte FG-2 e dez FG-3. São igualmente criados no Ministério da Justiça a serem alocadas no Grupo Direção e Assessoramento Superiores, sendo um Cargo DAS-101.4, dois Cargos DAS-101.3, dez Cargos DAS-101.2, doze Cargos DAS-101.1 e noventa Funções Gratificadas, sendo trinta FG-1, vinte FG-2 e 40 FG-3.

Art. 4º Os atuais empregos ocupados pelos servidores contratados pela Fundação Osório e os policiais Ferroviários responsáveis pelo patrulhamento ostensivo das ferrovias federais, até 11 de dezembro de 1990, serão incluídos:

Art. 7º Os Ministros de Estado do Exército e da Justiça, promoverão a reforma dos Regimentos Internos da Fundação e Órgão, na forma desta Medida Provisória, submetendo suas estruturas, competência e funcionamento à aprovação do Presidente da República."

### **Justificação**

A presente emenda, tem por objetivo, regularizar a situação funcional destas laboriosas categorias.

Como há diversas decisões similares, submeto a elevada análise e aprovação dos meus nobres pares, no sentido de amenizar o sofrimento do Povo Brasileiro. - Deputada **Maria Laura**.

**EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 630, DE 23 DE SETEMBRO DE 1994, QUE "ALTERA A LEI Nº 8.031, DE 12 DE ABRIL DE 1990, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

## EXPEDIENTE

Centro Gráfico do Senado Federal

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

LUIZ AUGUSTO DA PAZ JÚNIOR

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral \_\_\_\_\_ R\$ 23,53

Tiragem: 850 exemplares

Congressistas	Emendas N°
Deputado Beraldo Boaventura.....	2
Deputado Maria Laura.....	3, 4, 5
Deputado Sigmaringa Seixas.....	1

**MEDIDA PROVISÓRIA N° 630  
DE 23 DE SETEMBRO DE 1994**

**Altera a Lei n° 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências**

**EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao parágrafo 3° do art. 2° da Lei n° 8.031, de 12 de abril de 1990, a seguinte redação:

"Art. 2° .....  
....."

Parágrafo 3° Não se aplicam os dispositivos desta Lei às empresas públicas ou sociedades de economia mista que exerçam atividades de competência exclusiva da União, de que tratam os incisos XI e XXIII do art. 21, art. 159, incisos I, alínea c, e o art. 177 da Constituição Federal, ao Banco do Brasil S.A. e suas subsidiárias integrais e, ainda, ao órgão oficial ressegurador referido no inciso II do art. 192 da Constituição Federal, com relação aos quais a União deverá manter participação acionária que lhe assegure, no mínimo, 51% do capital votante, não se aplicando a vedação aqui prevista às participações acionárias detidas por essas entidades, desde que não incida restrição legal à alienação das referidas participações."

**Justificação**

A presente emenda visa assegurar que a União mantenha em seu poder o controle societário das empresas que exercem atividades de sua competência exclusiva, como no caso específico do Banco do Brasil e suas subsidiárias integrais. – Deputado Sigmaringa Seixas.

**EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao parágrafo 3° do art. 2° da Lei n° 8.031, de 12 de abril de 1990, a seguinte redação:

"Art. 2° .....  
....."

Parágrafo 3° – Não se aplicam dispositivos desta Lei às empresas públicas ou sociedades de economia mista que exerçam atividades de competência exclusiva

da União, de que tratam os incisos XI e XXIII do art. 21, art. 159, inciso I, alínea c, e o art. 177 da Constituição Federal, ao Banco do Brasil S.A. e, ainda, ao órgão oficial ressegurador referido no inciso II do art. 192 da Constituição Federal, com relação aos quais a União deverá manter participação acionária que lhe assegure, no mínimo, 51% do capital votante."

**Justificação**

Visa explicitar, que, acerca das empresas que exerçam competência exclusiva da União, bem como o Banco do Brasil, a União deve manter em poder o controle acionário. – Deputado Beraldo Boaventura

**EMENDA SUPRESSIVA**

Dê-se a seguinte redação ao § 3° do art. 2° da Lei n° 8.031, de 12 de abril de 1990.

"§ 3° – Não se aplicam os dispositivos desta lei às empresas públicas ou sociedades de economia mista que exerçam atividades de competência exclusiva da União, de que tratam os incisos XI e XXIII, do art. 21, art. 159, inciso I, alínea c, e o art. 177 da Constituição Federal, ao Banco do Brasil S.A. e, ainda, ao órgão oficial ressegurador referido no inciso II, do art. 192, da Constituição Federal, com relação às quais a União deverá manter participação acionária que lhe assegure, no mínimo, 51% do capital votante."

**Justificação**

A emenda visa assegurar o conteúdo da Lei n° 8.031/90 em vigor e, assim, afastar a possibilidade da demasiada ampliação do programa de privatização, o qual tem se revelado como instrumento danoso aos interesses nacionais, promovendo uma verdadeira política de desmonte de setor público e de transferência do patrimônio público a grupos privados em condições privilegiadas.

Sala das Sessões, 28 de setembro de 1994. – Deputada Maria Laura PT – DF.

**EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao art. 5°, da Lei n° 8.031/90, modificado pelo art. 1° da Medida Provisória n° 630, a redação seguinte:

"Art. 5° O Programa Nacional de Desestatização terá uma Comissão Diretora, diretamente ao Presidente da República, e vinculada tecnicamente ao Ministério da Fazenda, composta de quinze membros titulares e quatorze suplentes, nomeados pelo Presidente da República,

depois de aprovada sua indicação pelo Congresso Nacional, sendo:

I – o Presidente da Comissão Diretora, indicado pelo Presidente da República;

II – sete membros e respectivos suplentes indicados pelo Presidente da República;

III – quatro membros e respectivos suplentes indicados pela Câmara dos Deputados;

IV – três membros e respectivos suplentes indicados pelo Senado Federal;

1º – Os cargos de membro titular e respectivo suplente serão exercidos por cidadãos brasileiros de notórios conhecimentos em Direito Econômico, em Direito Comercial, em mercado de capitais, em economia e finanças.

2º – Em cada processo de privatização, deverão participar das reuniões da Comissão Diretora do PND, três representantes da empresa e três representantes dos trabalhadores."

#### Justificação

A emenda visa assegurar que seja democratizada a composição da Comissão Diretora do PND, com a indicação de seus membros compartilhada pelo Poder Executivo e Poder Legislativo, bem como pela participação de representantes da empresa e dos trabalhadores no processo decisório no âmbito da referida Co-

missão.

Sala das Sessões, 28 de setembro de 1994. – Deputada **Maria Laura**.

#### EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 13, da Lei nº 8.031/90, modificado pelo art. 1º, da Medida Provisória nº 557, a redação seguinte:

"Art. 13. ....

IV – a alienação de ações de empresas a pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras será efetivada em moeda de circulação preferencial nos mercados internacionais e poderá atingir 100% do capital volante, salvo determinação expressa do Poder Executivo, que determine percentual inferior."

#### Justificação

A emenda visa estabelecer alguma distinção de tratamento para o investidor estrangeiro e o investidor nacional que tencione assumir o controle de empresa privatizada. Nesse sentido, a abertura ao capital estrangeiro é viabilizada mediante a abstenção de uma contrapartida em moeda forte que permitirá ampliar as possibilidades de aplicação produtiva destes recursos internamente.

Sala das Sessões, 28 de setembro de 1994. – Deputada **Maria Laura**.

## SENADO FEDERAL

### SUMÁRIO

#### 1 – ATA DA 11ª REUNIÃO, EM 7 DE OUTUBRO DE 1994

##### 1.1 – ABERTURA

##### 1.1.1 – Comunicação da Presidência

Inexistência de quorum mínimo para abertura da sessão.

##### 1.1.2 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

##### 1.2 – ENCERRAMENTO

##### 1.3 – EXPEDIENTE DESPACHADO

##### 1.3.1 – Medidas Provisórias

Medida Provisória nº 639, de 4 de outubro de 1994, que dispõe sobre o prazo previsto no parágrafo 4º do artigo 2º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991; designação de Comissão Mista e fixação de calendário para a tramitação da matéria.

Medida Provisória nº 640, de 4 de outubro de 1994, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Exército, crédito extraordinário no valor de R\$ 1.106.410,00 (um milhão, cento e seis mil, quatrocentos e dez reais) para atender despesas com as etapas finais do Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos – PRODEA; designação de Comissão Mista e fixação de calendário

para a tramitação da matéria.

Medida Provisória nº 641, de 4 de outubro de 1994, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Integração Regional, crédito extraordinário no valor de R\$ 2.181.818,00 (dois milhões, cento e oitenta e um mil, oitocentos e dezoito reais), para os fins que especifica; designação de Comissão Mista e fixação de calendário para a tramitação da matéria.

Medida Provisória nº 642, de 4 de outubro de 1994, que dispõe sobre alteração da Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, com a nova redação dada pela Lei nº 8.746, de 9 de dezembro de 1993, e dá outras providências; designação de Comissão Mista e fixação de calendário para a tramitação da matéria.

#### 2 – ATOS DO PRESIDENTE

Nºs 313 a 316, de 1994

#### 3 – MESA DIRETORA

#### 4 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

#### 5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

## Ata da 11ª Reunião, em 7 de outubro de 1994

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência do Sr. José Eduardo

ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

José Eduardo – Mauro Benevides.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo) – A lista de pre-

sença acusa o comparecimento de 2 Srs. Senadores. Não há **quorum** regimental para abertura da sessão.

Nos termos do § 2º do art. 155 do Regimento Interno, o Expediente que se encontra sobre a mesa será despachado pela Presidência, independentemente da leitura.

Nestas condições, vou encerrar a presente reunião, designando para a sessão ordinária de segunda-feira próxima a seguinte

### ORDEM DO DIA

#### - 1 -

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 44, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1993 (nº 250/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Independente Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Pareceres, proferidos, em Plenário, em substituição à Comissão de Educação:

- 1º pronunciamento: Relator: Senador Amir Lando, favorável ao projeto;

- 2º pronunciamento: Relator: Senador Aureo Mello, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

#### - 2 -

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 45, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 1993 (nº 253/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Capinzal Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Capinzal, Estado de Santa Catarina, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação.

- 1º Pronunciamento: Relator: Senador Amir Lando, favorável ao projeto;

- 2º pronunciamento: Relator: Senador Jonas Pinheiro, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

#### - 3 -

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 46, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 1993 (nº 248/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Fraternidade Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araras, Estado de São Paulo, tendo

Parecer, proferido em Plenário, em substituição à Comissão de Educação:

- 1º pronunciamento: Relator: Senador Álvaro Pacheco, favorável ao projeto;

- 2º pronunciamento: Relator: Senador Jonas Pinheiro, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

#### - 4 -

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 48, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo

nº 48, de 1993 (nº 264/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Jornal do Brasil Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, Relator: Senador Aureo Mello, em substituição à Comissão de Educação:

- 1º pronunciamento: favorável ao projeto;

- 2º pronunciamento: pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

#### - 5 -

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 49, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 1993 (nº 273/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Litoral Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Osório, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação:

- 1º pronunciamento: Relator: Senador Amir Lando, favorável ao projeto;

- 2º pronunciamento: Relator: Senador Ney Maranhão, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

#### - 6 -

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 52, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo 52, de 1993 (nº 246/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Grande Lago Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Helena, Estado do Paraná, tendo

Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação:

- 1º pronunciamento: Relator: Senador Ney Maranhão;

- 2º pronunciamento: Relator: Senador Affonso Camargo, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

#### - 7 -

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 55, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 55, de 1993 (nº 267/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Paquetá Empreendimentos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Floriano, Estado do Piauí, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Ney Maranhão, em substituição à Comissão de Educação.

#### - 8 -

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 7, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1994 (nº 308/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a outorga deferida à Rádio Cultura de Timbó Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Meira Filho, em substituição à Comissão de **Educação**.

- 9 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 9, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1994 (nº 301/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e TV Tapajós., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Santarém, Estado do Pará, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Dirceu Carneiro, em substituição à Comissão de **Educação**.

- 10 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 10, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1994 (nº 297/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Pe. Urbano Thiesen para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de **Educação**:

- 1º pronunciamento: Relator: Senador João França, favorável ao projeto;

- 2º pronunciamento: Relator: Senador Meira Filho, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

- 11 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 1994 (nº 265/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à S.A. Rádio Verdes Mares, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Dirceu Carneiro, em substituição à Comissão de **Educação**.

- 12 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 12, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1994 (nº 319/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Cruzeiro do Sul para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, tendo

Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário, Relator: Senador Meira Filho, em substituição à Comissão de **Educação**:

- 1º pronunciamento: favorável ao projeto;

- 2º pronunciamento: pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

- 13 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 18, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo

nº 18, de 1994 (nº 252/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Araguaia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araguaína, Estado do Tocantins, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Carlos Patrocínio, em substituição à Comissão de **Educação**.

- 14 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 19, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 365, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1994 (nº 254/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Tocantins Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Anápolis, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Carlos Patrocínio, em substituição à Comissão de **Educação**.

- 15 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 23, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 1994 (nº 327/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Montanhês de Botelhos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Botelhos, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Henrique Almeida, em substituição à Comissão de **Educação**.

- 16 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 24, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1994 (nº 328/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Lucídio Portella, em substituição à Comissão de **Educação**.

- 17 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 62, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 62, de 1993 (nº 268/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Vila Real Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso. (Dependendo de parecer da Comissão de **Educação**.)

- 18 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 64, DE 1993

(Em regime de urgência, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 1993 (nº 275/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Emissora Paranaense S/A., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Londrina, Estado do

Paraná. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação.)

- 19 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 69, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 69, de 1993 (nº 313/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Mariana Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mariana, Estado de Minas Gerais. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação.)

- 20 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 8, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 1994 (nº 303/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cultura de Paulo Afonso Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paulo Afonso, Estado da Bahia. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação.)

- 21 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 21, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1994 (nº 292/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da FM Rádio Independente de Arcoverde Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arcoverde, Estado de Pernambuco. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação.)

- 22 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 26, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1994 (nº 344/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Campos Dourados FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Medianeira, Estado do Paraná. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação.)

- 23 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 1994 (nº 2.248/91, na Casa de origem), que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro, tendo

Pareceres

- sob nº 132, de 1994, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável ao Projeto com Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de Redação, que apresenta;

- de Plenário, Relator: Senador Magno Bacelar, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pela rejeição das Emendas nºs 3 a 26, de Plenário.

- 24 -

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 78, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 78, de 1994 (apresentado como conclusão de Parecer de Plenário, em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos), que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - LFTRS, cujos recursos serão destinados ao giro de 2,1% de sua dívida mobiliária vencida no 1º semestre de 1994.

- 25 -

MENSAGEM Nº 276, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Mensagem nº 287, de 1994, através da qual o Senhor Presidente da República solicita seja autorizada contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até duzentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos, junto ao Brazilian American Merchant Bank - BAMB - Grand Cayman, destinada ao financiamento para aquisição, pela Marinha do Brasil, de bens e serviços no mercado internacional, dentro do Plano Parcial de Obtenção e Modernização da Marinha - PPOM. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos.)

- 26 -

MENSAGEM Nº 288, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Mensagem nº 288, de 1994, pela qual o Senhor Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até cento e oitenta e cinco milhões de dólares norte-americanos, junto ao Brazilian American Merchant Bank - BAMB - Grand Cayman, destinada à aquisição, pelo Exército Brasileiro, de bens e serviços, no mercado internacional, dentro do Programa de Modernização da Força Terrestre. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos.)

- 27 -

MENSAGEM Nº 289, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Mensagem nº 289, de 1994, através da qual o Senhor Presidente da República solicita seja autorizada contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até duzentos e trinta e nove milhões de dólares norte-americanos, junto ao Brazilian American Merchant Bank - BAMB - Grand Cayman, destinada ao financiamento para aquisição, pelo Exército Brasileiro, de bens e serviços no mercado internacional, dentro do Programa de Modernização da Força Terrestre. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos.)

- 28 -

MENSAGEM Nº 290, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Mensagem nº 290, de 1994, através da qual o Senhor Presidente da República solicita seja autorizada contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até cento e oitenta e um milhões de dólares norte-americanos, de principal, junto ao Brazilian American Merchant Bank - BAMB - Grand Cayman, visando a aquisição integral de bens e serviços, no mercado inter-

no, pelo Ministério da Aeronáutica, no âmbito do Programa de Reaparelhamento e Modernização da Força Aérea Brasileira. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos.)

- 29 -

MENSAGEM Nº 291, DE 1994  
(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Mensagem nº 291, de 1994, pela qual o Senhor Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até cento e dezenove milhões de dólares norte-americanos, de principal, junto ao Brazilian American Merchant Bank - BAMB - Grand Cayman, destinada à aquisição integral de bens e serviços, no mercado interno, pelo Ministério da Aeronáutica, no âmbito do Programa de Reaparelhamento e Modernização da Força Aérea Brasileira. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos.)

**O SR. PRESIDENTE** (José Eduardo) - Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 9h35min)

Expediente despachado pela Presidência, de acordo com o § 2º do art. 155 do Regimento Interno:

Medidas Provisórias

Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 639, de 4 de outubro de 1994, que dispõe sobre o prazo previsto no § 4º do art. 2º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991.

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

#### SENADORES

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Amir Lando		Flaviano Melo
José Fogaça		Aluizio Bezerra
	PFL	
Lourival Baptista		Dario Pereira
	PPR	
Hydekrel Freitas		Carlos Alberto de'Carli
	PSDB	
Dirceu Carneiro		Almir Gabriel
	PDT	
Magno Bacelar		Darcy Ribeiro
	PP	
Irapuan Costa Júnior		Nelson Carneiro

#### DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
	BLOCO	
Eraldo Tinoco		José Falcão
	PMDB	
Nilton Baiano		Maurici Mariano
	PPR	
Roberto Campos		Fetter Júnior
	PSDB	
Marco Penaforte		Flávio Palmier da Veiga
	PP	
Lúcia Vânia		Mário de Oliveira
	PDT	
Carlos Alberto Campista		Amaury Müller

#### PRONA

Regina Gordilho

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 7-10-94 - Designação da Comissão Mista;

Dia 10-10-94 - Instalação da Comissão Mista;

Até 10-10-94 - Prazo para recebimento de emendas. Prazo para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 19-10-94 - Prazo final da Comissão Mista;

ATÉ 3-11-94 - Prazo no Congresso Nacional.

Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 640, de 4 de outubro de 1994, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Exército, crédito extraordinário no valor de R\$1.106.410,00 (um milhão, cento e seis mil, quatrocentos e dez reais) para atender despesas com as etapas finais do Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos - PRODEA.

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

#### SENADORES

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Gilberto Miranda		Ronan Tito
Coutinho Jorge		Onofre Quinan
	PFL	
Airton Oliveira		Dario Pereira
	PPR	
Louremberg Nunes Rocha		Levy Dias
	PSDB	
José Richa		Almir Gabriel
	PTB	
Jonas Pinheiro		Valmir Campelo
	PT	
Eduardo Suplicy		

#### DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
	Bloco	
Humberto Souto		Ciro Nogueira
	PMDB	
João Fagundes		Virmondes Cruvinel
	PPR	
Jair Bolsonaro		Carlos Azambuja
	PSDB	
Vittorio Mediolli		Jabes Ribeiro
	PP	
Jofran Frejat		João Maia
	PDT	
Max Rosenmann		Liberato Caboclo
	PTB	
Francisco Rodrigues		Etevalda Grassi de Menezes

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 7-10-94 - Designação da Comissão Mista;

Dia 10-10-94 - Instalação da Comissão Mista;

Até 10-10-94 - Prazo para recebimento de emendas. Prazo para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 19-10-94 - Prazo final da Comissão Mista;

Até 3-11-94 - Prazo no Congresso Nacional.

Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 641, de 4 de outubro de 1994, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Integração Regional, crédito extraordinário no valor de R\$2.181.818,00 (dois milhões, cento e oitenta e um mil, oitocentos e dezoito reais), para os fins que especifica.

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

**SENADORES**

Titulares	Suplentes
	PMDB
Coutinho Jorge	Ronaldo Aragão
Gilberto Miranda	Jaques Silva
	PFL
Alexandre Costa	Dario Pereira
	PPR
Levy Dias	Hydekel Freitas
	PSDB
Dirceu Carneiro	Mário Covas
	PMN
Francisco Rollemberg	
	PRN
Ney Maranhão	Aureo Mello

**DEPUTADOS**

Titulares	Suplentes
	BLOCO
Jorge Khoury	Oswaldo Coelho
	PMDB
Carlos Nelson	Edison Andrino
	PPR
Cleonânicio Fonseca	Fernando Freire
	PSDB
João Faustino	Luiz Pontes
	PP
Carlos Sant'Anna	Costa Ferreira
	PDT
Giovanni Queiroz	Max Rosenmann
	PSTU
Ernesto Gradella	Maria Lúiza Fontenele

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 7-10-94 – Designação da Comissão Mista;

Dia 10-10-94 – Instalação da Comissão Mista;

Até 10-10-94 – Prazo para recebimento de emendas. Prazo para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 19-10-94 – Prazo final da Comissão Mista;

Até 3-11-94 – Prazo no Congresso Nacional.

Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 642, de 4 de outubro de 1994, que dispõe sobre alteração da Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, com a nova redação dada pela Lei nº 8.746, de 9 de dezembro de 1993, e dá outras providências.

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

**SENADORES**

Titulares	Suplentes
	PMDB
Coutinho Jorge	Amir Lando
Gilberto Miranda	Ronan Tito
	PFL
Alexandre Costa	Carlos Patrocínio
	PPR
Carlos Alberto de'Carli	Moisés Abrão
	PSDB
Mário Covas	Almir Gabriel
	PDT
Magno Bacelar	Darcy Ribeiro
	PP
Irapuan Costa Júnior	Nelson Carneiro

**DEPUTADOS**

Titulares	Suplentes
	BLOCO
Átila Lins	Ruben Bento
	PMDB
José Dutra	Paulo Titan
	PPR
Pauderney Avelino	Samir Tannús
	PSDB
Antônio Faleiros	Djenal Gonçalves
	PP
Júlio Cabral	Eduardo Matias
	PDT
Beth Azize	Giovanni Queiroz
	PMN
Jerônimo Reis	Nilson Gibson

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 7-10-94 – Designação da Comissão Mista;

DIA 10-10-94 – Instalação da Comissão Mista;

Até 10-10-94 – Prazo para recebimento de emendas. Prazo para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 19-10-94 – Prazo final da Comissão Mista;

Até 3-11-94 – Prazo no Congresso Nacional.

**ATO Nº 313/94****DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1289/94-2, resolve aposentar, voluntariamente, NELÚZIA FERNANDES DE ALMEIDA, matrícula 1612, Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, Nível II, Classe Especial, Padrão IV/M23, do Quadro de Pessoal do Centro Gráfico do Senado Federal – CEGRAF, nos termos do art. 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os arts. 186, inciso III, alínea a e 192, inciso II, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Senado Federal, 7 de outubro de 1994. – **Júlio Campos**, Presidente em exercício.

**ATO Nº 314/94****DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de



competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1339/94-0, resolve aposentar, voluntariamente, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, JAIR DA SILVA ALBUQUERQUE, matrícula 1519, Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, Nível II, Classe Especial, Padrão IV/M23, do Quadro de Pessoal do Centro Gráfico do Senado Federal – CEGRAF, nos termos do art. 40, inciso III, alínea c, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com o art. 186, inciso III, alínea c, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e arts. 1º, da Resolução SF nº 59, de 1991, e 36, incisos I e III, § 4º, da Resolução SF nº 51, de 1993.

Senado Federal, 7 de outubro de 1994. – **Júlio Campos**, Presidente em exercício.

#### **ATO Nº 315/94**

##### **DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1181/94-7, resolve aposentar, por invalidez permanente, o servidor ADEMAR BARROS BRITTO, matrícula 1550, Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, Nível II, Classe Especial, Padrão

II/M21, do Quadro de Pessoal do Centro Gráfico do Senado Federal – CEGRAF, nos termos do art. 40, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com o art. 186, inciso I, § 1º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Senado Federal, 7 de outubro de 1994. – **Júlio Campos**, Presidente em exercício.

#### **ATO Nº 316/94**

##### **DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1376/94-2, resolve declarar aposentado, compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a partir de 20 de setembro de 1994, AFONSO TELES DE ALBUQUERQUE, matrícula 0922, no cargo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, Nível II, Classe Especial, Padrão IV/M23, do Quadro de Pessoal do Centro Gráfico do Senado Federal – CEGRAF, nos termos do art. 40, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os arts 186, inciso II e 187, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Senado Federal, 7 de outubro de 1994. – **Júlio Campos**, Presidente em exercício.

**MESA****Presidente**

Humberto Lucena \_ PMDB \_ PB

**1º Vice-Presidente**

Chagas Rodrigues \_ PSDB \_ PI

**2º Vice-Presidente**

Levy Dias \_ PTB \_ MS

**1º Secretário**

Júlio Campos \_ PFL \_ MT

**2º Secretário**

Nabor Júnior \_ PMDB \_ AC

**3º Secretário**

Júnia Marise \_ PRN \_ MG

**4º Secretário**

Nelson Wedekin \_ PDT \_ SC

**Suplentes de Secretário**

Lavoisier Maia \_ PDT \_ RN

Lucídio Portella \_ PDS \_ PI

Beni Veras \_ PSDB \_ CE

Carlos Patrocínio \_ PFL \_ TO

**LIDERANÇA DO GOVERNO****Líder**

Pedro Simon

**LIDERANÇA DO PMDB****Líder**

Mauro Benevides

**Vice-Líderes**

Cid Sabóia de Carvalho

Garibaldi Alves Filho

José Fogaça Ronaldo

Aragão Mansueto de Lavor

**LIDERANÇA DO PSDB****Líder**

Mário Covas

**Vice-Líder**

Jutahy Magalhães

**LIDERANÇA DO PFL****Líder**

Marco Maciel

**Vice-Líderes**

Odacir Soares

**LIDERANÇA DO PSB****Líder**

José Paulo Bisol

**LIDERANÇA DO PTB****Líder**

Jonas Pinheiro

**Vice-Líder**

Valmir Campelo

**LIDERANÇA DO PDT****Líder**

Magno Bacelar

**LIDERANÇA DO PRN****Líder**

Ney Maranhão

**Vice-Líder**

Áureo Mello

**LIDERANÇA DO PP****Líder**

Irapuan Costa Júnior

**LIDERANÇA DO PPR****Líder**

Epitácio Cafeteira

**Vice-Líderes**

Affonso Camargo

Esperidião Amim

Moisés Abrão

**LIDERANÇA DO PT****Líder**

Eduardo Suplicy

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA \_ CCJ

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Iram Saraiva

Vice-Presidente: Magno Bacelar

### Titulares

### Suplentes

#### PMDB

Amir Lando RO-3111/12  
Cid S. de Carvalho CE-3058/59  
José Fogaça RS-3077/78  
Iram Saraiva GO-3134/35  
Nelson Carneiro RJ-3209/10  
Antônio Mariz PB-4345/46  
Pedro Simon RS-3230/31  
Wilson Martins MS-3114/15

César Dias RR-3064/65  
Mansueto de Lavor PE-3183/84  
Garibaldi A. Filho RN-4382/92  
Gilberto Miranda AM-3104/05  
Marcio Lacerda MT-3029/30  
Aluizio Bezerra AC-3158/59  
Divaldo Suruagy AL-3185/86  
Alfredo Campos MG-3237/38

#### PFL

Josaphat Marinho BA-3173/74  
Francisco Rollemberg SE-3032/33  
Carlos Patrocínio TO-4058/68  
Odacir Soares RO-3218/19  
Elcio Alvares ES-3131/32

Hydekel Freitas RJ-3082/83  
Marco Maciel PE-3197/98  
Henrique Almeida SP-3191/92  
Lourival Baptista SE-3027/28  
João Rocha TO-4071/72

#### PSDB

Eva Blay SP-3119/20  
Jutahy Magalhães BA-3171/72  
Mário Covas SP-3177/78

Almir Gabriel PA-3145/46  
Teotônio Vilela Filho AL-4093/94  
Vago

#### PTB

Luiz Alberto PR-4059/60  
Carlos De'Carli AM-3079/80

Afonso Camargo PR-3062  
Lourenberg N. Rocha MT-3035/36

#### PDT

Magno Bacelar MA-3073/74

Lavoisier Maia RN-3239/40

#### PRN

Aureo Mello AM-3091/92

Ney Maranhão PE-3101/02

#### PDC

Epitácio Cafeteira MA-4073/74

Gerson Camata ES-3203/04

#### PDS

Esperidião Amin SC-4206/07

Jarbas Passarinho PA-3022/24

#### PP

Pedro Teixeira DF-3127/28

João França RR-3067/68

**Secretária:** Vera Lúcia Lacerda Nunes \_ Ramais 3972 e 3987

**Reuniões:** Quartas-feiras, às 10 horas

**Local:** Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa

Anexo das Comissões \_ Ramal 4315

## COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS \_ CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)

Presidente: Bení Veras

Vice-Presidente: Lourival Baptista

### Titulares

### Suplentes

#### PMDB

Amir Lando RO-3111/12  
Antônio Mariz PB-4345/46  
César Dias RR-3064/65  
Cid Sabóia de Carvalho CE-3058/60  
Divaldo Suruagy AL-3180/85  
Juvêncio Dias MA-3050/4393  
Ronaldo Aragão RR-4052/53  
Garibaldi A. Filho RN-4382/92

Aluizio Bezerra AC-3158/59  
João Calmon ES-3154/55  
Onofre Quinan GO-3148/49  
Pedro Simon RS-3230/32  
José Fogaça RS-3077/78  
Ronan Tito MG-3038/39  
Nelson Carneiro RJ-3209/10  
Iram Saraiva GO-3133/34

Márcio Lacerda  
Vago

MT-3029

Vago  
Vago

#### PFL

Lourival Baptista SE-3027/28  
João Rocha TO-4071/72  
Odacir Soares RO-3218/19  
Marco Maciel PE-3197/99  
Carlos Patrocínio TO-4058/68  
Francisco Rollemberg SE-3032/33

Dario Pereira RN-3098/99  
Álvaro Pacheco PI-3085/87  
Bello Parga MA-3069/70  
Hydekel Freitas RJ-3082/83  
Elcio Alvares ES-3131/32  
Guilherme Palmeira AL-3245/46

#### PSDB

Almir Gabriel PA-3145/46  
Bení Veras CE-3242/43  
Jutahy Magalhães BA-3171/72

Dirceu Carneiro SC-3179/80  
Eva Blay SP-3117/18  
Teotônio V. Filho AL-4093/94

#### PTB

Marluce Pinto RO-4062/63  
Afonso Camargo PR-3062/63  
Jonas Pinheiro AP-3206/07

Valmir Campelo DF-3188/89  
Luiz Alberto Oliveira PR-4059/60  
Carlos De'Carli AM-3079/81

#### PDT

Lavoisier Maia RN-3240/41

Nelson Wedekin SC-3151/53

#### PRN

Saldanha Derzi MS-4215/16  
Aureo Mello AM-3091/92

Ney Maranhão PE-3101/02  
Albano Franco SE-4055/56

#### PDC

Epitácio Cafeteira MA-4073/74

Moisés Abrão TO-3136/37

#### PDS

Luciê Portella PI-3055/57

Jarbas Passarinho PA-3022/23

#### PSB / PT

Eduardo Suplicy SP-3213/15

José Paulo Bisol RS-3224/25

#### PP

Pedro Teixeira DF-3127/28

Meira Filho DF-3221/22

**Secretário:** Luiz Cláudio/Vera Lúcia

**Telefones:** Secretaria: 3515/16/4354/3341

**Sala de reuniões:** 3652

**Reuniões:** Quartas-feiras, às 14 horas.

**Sala n° 09 \_ Ala Alexandre Costa**

## COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS \_ CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: João Rocha

Vice-Presidente: Gilberto Miranda

### Titulares

### Suplentes

#### PMDB

Ronan Tito MG-3038/39/40  
Garibaldi A. Filho RN-4382/92  
Ruy Bacelar BA-3161/62  
Ronaldo Aragão RR-4052/53  
César Dias RO-3064/65/66  
Mansueto de Lavor PE-3182/83/84  
Aluizio Bezerra AC-3158/59  
Gilberto Miranda AM-3104/05  
Onofre Quinan GO-3148/50

Mauro Benevides CE-3194/95  
José Fogaça RS-3077/78  
Flaviano Melo AC-3493/94  
Cid S. de Carvalho CE-3058/59  
Juvêncio Dias PA-3050/4393  
Pedro Simon RS-3230/32  
Divaldo Suruagy AL-3185/86  
João Calmon ES-3154/56  
Wilson Martins MS-3114/15

#### PFL

Carlos Patrocínio TO-4058/68  
Raimundo Lira PB-320/02  
Henrique Almeida AP-3191/92/93  
Dario Pereira RN-3098/99  
João Rocha MA-4071/72

Odacir Soares RO-3218/19  
Bello Parga MA-3069/70  
Álvaro Pacheco PI-3085/87  
Elcio Alvares ES-3131/32  
Josaphat Marinho BA-3173/75

<b>PSDB</b>			
Beni Veras José Richa Mário Covas	CE-3242/43/44 PR-3163/64 SP-3177/78	Almir Gabriel Dirceu Carneiro Vago	PA-3145/47 SC-3179/80

<b>PTB</b>			
Afonso Camargo Valmir Campelo Jonas Pinheiro	PR-3062/63 DF-3188/89/4061 AP-3206/07	Lourenberg N. Rocha Luiz A. Oliveira Marluce Pinto	MT-3035/36 PR-4059/60 RO-4062/63

<b>PDT</b>			
Magno Bacelar	MA-3074/75	Lavoisier Maia	RN-3239/40

<b>PRN</b>			
Albano Franco Ney Maranhão	SE-4055/56 PE-3101/02	Saldanha Derzi Aureo Mello	MS-4215/18 AM-3091/92

<b>PDC</b>			
Moisés Abrão	GO-3136/37/3522	Gerson Camata	ES-3203/04

<b>PDS</b>			
Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24

<b>PP</b>			
Meira Filho	DF-3222/05	Irapuan C. Júnior	GO-3089/90

<b>PT/PSB</b>			
Eduardo Suplicy	3213/15/16	José Paulo Bisol	3224/25

**Secretário:** Dirceu Vieira M. Filho  
**Ramais:** 311-3515/3516/4354/3341  
**Reuniões:** Terças-feiras, às 10 horas  
**Local:** Sala das Comissões; Ala Senador Alexandre Costa \_ Ramal 4344

#### COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL \_ CRE

(19 Titulares e 19 Suplentes)  
**Presidente:** Alfredo Campos  
**Vice-Presidente:** Hydekel Freitas

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>PMDB</b>	
Ronan Tito Alfredo Campos Nelson Carneiro Divaldo Suruagy João Calmon Ruy Bacelar	MG-3039/40 MG-3237/38 RJ-3209/10 AL-3185/86 ES-3154/55 BA-3160/61
<b>PFL</b>	
Guilherme Palmeira Hydekel Freitas Lourival Baptista Alvaro Pacheco	AL-3245/46 RS-3064/65 SE-3027/28 PI-3085/86
<b>PSDB</b>	
Dirceu Carneiro José Richa	SC-3179/80 PR-3163/64
<b>PTB</b>	
Luiz A. Oliveira Marluce Pinto	PR-4058/59 RR-4062/63
<b>PDT</b>	
Darcy Ribeiro	RJ-4230/31
<b>PRN</b>	
Albano Franco	SE-4055/56

<b>PDC</b>			
Gerson Camata	ES-3203/04	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74

<b>PP</b>			
Irapuan Costa Júnior	3088/3089	Pedro Teixeira	3127/3128

<b>PDS</b>			
Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Lucídio Portella	PI-3055/56

**Secretário:** Paulo Roberto Almeida Campos  
**Ramais:** 3496 e 3497  
**Reuniões:** Quintas-feiras, às 10 horas  
**Local:** Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa \_ Anexo das Comissões \_ Ramal 3546

#### COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA \_ CI

(23 Titulares e 23 Suplentes)  
**Presidente:** Dário Pereira  
**Vice-Presidente:** Teotônio Vilela Filho

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>PMDB</b>	
Flaviano Melo Mauro Benevides Aluizio Bezerra Onofre Quinan Gilberto Miranda Alfredo Campos Marcio Lacerda Vago	AC-3493/94 CE-3194/95 AC-3158/59 GO-3148/49 AM-3104/05 MG-3237/38 MT-3029/30
<b>PFL</b>	
Dário Pereira Henrique Almeida Elcio Alvares Bello Parga Hydekel Freitas	RN-3098/99 AP-3191/92 ES-3131/32 MA-3069/72 RJ-3082/83
<b>PSDB</b>	
Dirceu Carneiro Teotônio V. Filho José Richa	SC-3179/80 AL-4093/94 PR-3163/64
<b>PTB</b>	
Lourenberg N. R. Marluce Pinto	MT-3035/36 RR-4062/63
<b>PDT</b>	
Lavoisier Maia	RN-3239/40
<b>PRN</b>	
Saldanha Derzi	MT-4215/18
<b>PDC</b>	
Gerson Camata	ES-3203/04
<b>PDS</b>	
Lucídio Portella	PI-3055/56
<b>PP</b>	
João França	RR-3067/68

<b>PSDB</b>			
Beni Veras Jutahy Magalhães Vago	CE-3242/43 BA-3171/72		

<b>PTB</b>			
Lourenberg N. R. Marluce Pinto	MT-3035/36 RR-4062/63	Afonso Camargo Vago	PR-3062/63

<b>PDT</b>			
Lavoisier Maia	RN-3239/40	Magno Bacelar	BA-3074/75

<b>PRN</b>			
Saldanha Derzi	MT-4215/18	Albano Franco	SE-4055/56

<b>PDC</b>			
Gerson Camata	ES-3203/04	Moisés Abrão	TO-3136/37

<b>PDS</b>			
Lucídio Portella	PI-3055/56	Esperidião Amin	SC-4206/07

<b>PP</b>			
João França	RR-3067/68	Meira Filho	DF-3221/22

**Secretário:** Celson Parente \_ Ramais 3515 e 3516  
**Reuniões:** Terças-feiras, às 14 horas  
**Local:** Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa \_ Anexo das Comissões \_ Ramal 3286

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO \_ CE**

(27 Titulares e 27 Suplentes)  
 Presidente: Valmir Campelo  
 Vice-Presidente: Juvêncio Dias

**Titulares****Suplentes****PMDB**

João Calmon	ES-3154/55	Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/59
Flaviano Melo	AC-3493/94	Antônio Mariz	PB-4345/46
Mauro Benevides	CE-3052/53	Onofre Quinan	GO-3148/49
Wilson Martins	MS-3114/15	Marcio Lacerda	RJ-3029/30
Juvêncio Dias	PA-3050/4393	Ronaldo Aragão	RO-4052/53
Mansueto de Lavor	PE-3182/83	Amir Lando	RO-3110/11
José Fogaça	RS-3077/78	Ruy Bacelar	BA-3160/61
Pedro Simon	RS-3230/31	Alfredo Campos	MG-3237/38
Iram Saraiva	GO-3134/35	Nelson Carneiro	RJ-3209/10

**PFL**

Josaphat Marinho	BA-3173/74	Dario Pereira	RN-3098/99
Marco Maciel	PE-3197/98	Odacir Soares	RO-3218/19
Alvaro Pacheco	PI-3085/86	Francisco Rollemberg	SE-3032/33
Raimundo Lira	PB-3201/02	Carlos Patrocínio	TO-4058/68
Bello Parga	MA-3069/72	Henrique Almeida	AP-3191/92

**PSDB**

Almir Gabriel	PA-3145/46	Beni Veras	CE-3242/43
Eva Blay	SP-3119/20	Mário Covas	SP-3177/78
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	José Richa	PR-3163/64

**PTB**

Valmir Campelo	DF-3188/89	Luiz A. Oliveira	PR-4058/59
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Marluce Pinto	RR-4062/63
Louremberg N. R.	MT-3035/36	Carlos De' Carli	AM-3079/80

**PDT**

Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Magno Bacelar	MA-3074/75
---------------	------------	---------------	------------

**PRN**

Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56
Ney Maranhão	PE-3101/02	Saldanha Derzi	MS-4215/18

**PDC**

Moisés Abrão	TO-3136/37	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
--------------	------------	--------------------	------------

**PDS**

Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Esperidião Amin	SC-4206/07
-------------------	------------	-----------------	------------

**PP**

Meira Filho	DF-3221/22	João França	RR-3067/68
-------------	------------	-------------	------------

**PT/PSB**

Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
-----------------	------------	------------------	------------

**Secretária:** Mônica Aguiar Inocente

**Ramais:** 3496/3497

**Reuniões:** Quintas-feiras, às 14 horas

**Local:** Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa \_ Ramal 3121

## SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL

### FONTES DE INFORMAÇÕES SOBRE A ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Descrição dos acervos da Assembléia Nacional Constituinte de 1987.

### GUIA DAS ELEIÇÕES DE 94

Edição comentada da legislação eleitoral.

### LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

Edição de textos legais, atualizados.

Os pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal

Praça dos Três Poderes, Anexo I, 22º andar – 70165-900 – Brasília – DF

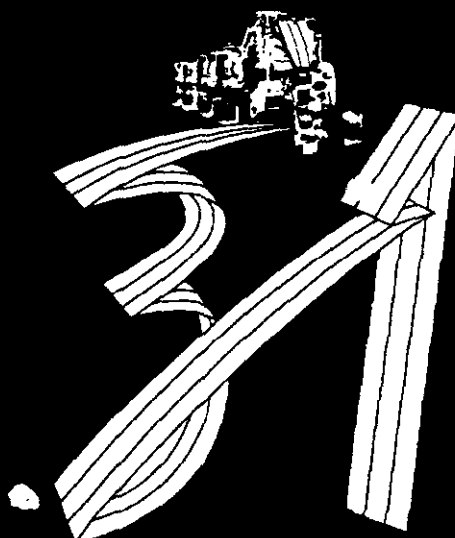
Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589 – Fax: (061) 311-4258 e

321-7333 – Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à esquerda)

**CENTRO GRÁFICO  
DO SENADO FEDERAL**



**A N O S**  
**1963 1994**

**IMPRIMINDO A HISTÓRIA  
DO CONGRESSO NACIONAL**

**EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS**